

VIA VAREJO S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/ME Nº 33.041.260/0652-90
NIRE: 35.300.394.925

**CERTIDÃO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2019**

- 1. DATA, HORÁRIO E LOCAL:** Em 19 (dezenove) de dezembro de 2019, às 10 horas, na sede social da Via Varejo S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, na Rua Samuel Klein, nº 83, Centro.
- 2. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Sr. Michael Klein; Secretária: Sra. Claudia Martins Rossin.
- 3. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do parágrafo 3º do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia e do parágrafo único do artigo 9º do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, diante da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber, Srs. Michael Klein, Marcel Cecchi Vieira, Alberto Ribeiro Guth, Renato Carvalho do Nascimento, Roberto Fulcherberguer, José Mario Ferreira, Rogério Paulo Calderón Peres, João Luiz Moreira de Mascarenhas Braga e André Coji.
- 4. ORDEM DO DIA:** (i) Análise e deliberação, nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), acerca da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Companhia ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente), com as principais características descritas a seguir; (ii) Análise e deliberação, nos termos do art. 20, inciso "xviii", do Estatuto Social da Companhia, acerca da aquisição, pela Companhia, da totalidade das notas promissórias emitidas na 1ª (primeira) emissão de notas promissórias da Companhia ("Notas Promissórias"); (iii) Análise e deliberação acerca da delegação de poderes à Diretoria da Companhia e/ou seus respectivos mandatários para que estes pratiquem todos os atos e adotem todas as medidas necessárias para a formalização da Emissão e da Oferta

Restrita objeto da deliberação acima; e **(iv)** Análise e deliberação acerca da ratificação de todos os atos já praticados, relacionados às deliberações acima.

5. DELIBERAÇÕES: Dando início aos trabalhos, os Srs. Conselheiros examinaram os itens constantes da Ordem do Dia e tomaram as seguintes deliberações, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas:

5.1 Autorizar a realização da Emissão e da Oferta Restrita, com as seguintes e principais características e condições, a serem previstas e detalhadas na *“Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Via Varejo S.A.”*, a ser celebrada entre a Companhia e o agente fiduciário (*“Escritura de Emissão”*):

- (i) Número da Emissão:** A Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia;
- (ii) Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definida) (*“Valor Total da Emissão”*);
- (iii) Séries:** A Emissão será realizada em série única;
- (iv) Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 500.000 (quinhentas mil) Debêntures;
- (v) Destinação dos Recursos:** Os recursos obtidos pela Companhia por meio da integralização das Debêntures serão destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia, mediante aquisição total das Notas Promissórias, conforme a gestão ordinária dos negócios da Companhia;
- (vi) Regime de Colocação e Procedimento de Distribuição:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de determinada instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários (*“Coordenador Líder”*), nos termos do *“Contrato de Coordenação, Estruturação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, não*

Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da 1ª (Primeira) Emissão, da Via Varejo S.A.”, a ser celebrado entre a Companhia e o Coordenador Líder. A Oferta Restrita terá como público-alvo investidores profissionais, assim considerando os investidores referidos no artigo 9-A da Instrução CVM 539 (“Investidores Profissionais”). O Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais;

- (vii) **Data de Emissão:** Para todos os fins de direito e efeitos, a data de emissão das Debêntures será aquela definida na Escritura de Emissão (“Data de Emissão”);
- (viii) **Valor Nominal Unitário das Debêntures e Atualização Monetária:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”). As Debêntures não terão seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente;
- (ix) **Forma, Conversibilidade, Permutabilidade e Comprovação da Titularidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia e nem permutáveis em ações de outra companhia. Para todos os fins de direito e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato em nome do titular da Debêntures (“Debenturista”) expedido pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão – Segmento Cetip UTM (“B3”), para as Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3;
- (x) **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, ou seja, sem qualquer garantia ou preferência com relação aos ativos da Companhia, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações;
- (xi) **Prazo, Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As Debêntures serão subscritas dentro do período de distribuição previsto nos artigos 7-A e 8º da Instrução CVM 476, com integralização à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição (“Data de Integralização”), pelo seu Valor Nominal Unitário, na primeira Data de Integralização, ou , caso haja integralização de Debêntures após a primeira Data de Integralização, tais

Debêntures serão integralizadas pelo valor correspondente ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculados *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3 (“Preço de Integralização”);

- (xii) **Prazo de Vigência e Data de Vencimento:** Ressalvada a hipótese de liquidação antecipada das Debêntures em razão da Oferta de Resgate Antecipado Total, Oferta Condicional de Resgate Antecipado (conforme definidos abaixo) ou vencimento antecipado, conforme será previsto na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão (“Data de Vencimento”);
- (xiii) **Pagamento do Valor Nominal Unitário:** Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures em razão da Oferta de Resgate Antecipado Total, Oferta Condicional de Resgate Antecipado (conforme definidos abaixo) ou vencimento antecipado, conforme será previsto na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será integralmente pago em uma única parcela, na Data de Vencimento;
- (xiv) **Remuneração:** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.b3.com.br) (“Taxa DI”), acrescidas de uma sobretaxa (*spread*) de 0,99% (noventa e nove centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização (inclusive) ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior (inclusive), o que tiver ocorrido por último, até a data de seu efetivo pagamento (exclusive) (“Período de Capitalização”). A Remuneração será calculada de acordo com fórmula prevista na Escritura de Emissão;
- (xv) **Pagamento da Remuneração:** Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures em razão de Oferta de Resgate Antecipado Total, Oferta Condicional de Resgate Antecipado (conforme definidos abaixo) ou vencimento antecipado, conforme será previsto

na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente, sem carência, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido 6 (seis) meses após a Data de Emissão e o último na Data de Vencimento (cada data, uma “Data de Pagamento da Remuneração”), conforme datas a serem previstas na Escritura de Emissão;

- (xvi) Repactuação Programada:** As Debêntures não serão objeto de repactuação programada;
- (xvii) Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia, ficarão sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois inteiros por cento); e (ii) a juros moratórios de 1% (um inteiro por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento;
- (xviii) Decadência dos Direitos aos Acréscimos:** O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Companhia, nas datas a serem previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Companhia, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento;
- (xix) Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, serão efetuados pela Companhia, (i) para as Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; ou (ii) para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio do banco liquidante ou, com relação aos pagamentos que não possam ser realizados por meio do banco liquidante, na sede da Companhia;
- (xx) Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes a qualquer obrigação por quaisquer das partes da Emissão, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins da Escritura de Emissão, “Dia Útil” significa: (i) para qualquer obrigação não pecuniária, qualquer dia no qual não

haja expediente nos bancos comerciais da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e (ii) para as obrigações pecuniárias, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional;

- (xxi) **Publicidade:** Todos os atos e decisões a serem tomados no âmbito da Emissão ou que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, nos Meios de Publicação, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e o disposto na Instrução CVM 476;
- (xxii) **Liquidez e Estabilização:** Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures;
- (xxiii) **Fundo de Amortização:** Não será constituído fundo de amortização para a Emissão;
- (xxiv) **Classificação de Risco:** Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta para atribuir *rating* às Debêntures;
- (xxv) **Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Facultativa:** Não será permitido o resgate antecipado facultativo ou a amortização facultativa das Debêntures, a exclusivo critério da Companhia, no âmbito da Emissão;
- (xxvi) **Oferta de Resgate Antecipado Total:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures (não sendo permitida oferta de resgate parcial das Debêntures), com o consequente cancelamento das Debêntures efetivamente resgatadas, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar oferta de resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, nos termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão, conforme aplicáveis ("Oferta de Resgate Antecipado Total"). A Companhia poderá, a seu critério, condicionar a Oferta de Resgate Antecipado Total à aceitação desta pela totalidade dos Debenturistas ou por Debenturistas que representem quantidade mínima de Debêntures, o que será divulgado por meio de edital de Oferta de Resgate Antecipado Total. O valor a ser pago pelo resgate de cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Total será equivalente ao Valor

Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido **(i)** da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado; e **(ii)** de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo. O resgate das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Total, com relação às Debêntures **(i)** que estejam custodiadas eletronicamente na B3, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da B3; e **(ii)** que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais do escriturador;

(xxvii) Oferta Condicional de Resgate Antecipado das Debêntures: Caso eventuais ajustes retrospectivos ou prospectivos nas informações contábeis da Companhia sejam superiores aos valores divulgados ao mercado através dos fatos relevantes divulgados ao mercado em 13 de novembro de 2019 e 12 de dezembro de 2019, a Companhia deverá, obrigatoriamente, oferecer o resgate antecipado das Debêntures, operacionalizada na forma de oferta de resgate antecipado das Debêntures, a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos a serem previstos na Escritura de Emissão ("Oferta Condicional de Resgate Antecipado"). O valor a ser pago pelo resgate de cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta Condicional de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado Condicional. As Debêntures resgatadas por meio da Oferta Condicional de Resgate Antecipado deverão ser obrigatoriamente canceladas pela Companhia.

(xxviii) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, observados os prazos estabelecidos na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir as Debêntures. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou serem novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração aplicável às demais Debêntures;

- (xxix) Garantia:** As Debêntures não contarão com qualquer garantia real ou fidejussória;
- (xxx) Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica:** As Debêntures serão devidamente depositadas para: (a) distribuição no mercado primário, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, sendo a distribuição liquidada financeiramente pela B3; e (b) negociação no mercado secundário, através do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, operacionalizado e administrado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3;
- (xxxi) Vencimento Antecipado:** As Debêntures poderão ser declaradas antecipadamente vencidas, de forma automática ou não automática, conforme o caso, observados os termos a serem negociados na Escritura de Emissão, na ocorrência das seguintes hipóteses:
- (a) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, pedido de autofalência pela Emissora, pedido de falência da Emissora formulado por terceiros não elidido no prazo legal, decretação de falência da Emissora ou qualquer figura semelhante a tais eventos que venha a ser criada por lei e se aplique à Emissora;
 - (b) propositura, pela Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Emissora, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
 - (c) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações pecuniárias devidas nos termos da Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data dos respectivos vencimentos;
 - (d) inadimplemento de qualquer dívida financeira da Emissora ou qualquer de suas Controladas (conforme definido abaixo) cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, respeitado seu respectivo prazo de cura, ou, caso não haja, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de cura de 5 (cinco) Dias Úteis contados do inadimplemento;

(e) decretação de vencimento antecipado de quaisquer dívidas e/ou obrigações da Emissora ou de qualquer de suas Controladas, na qualidade de devedora ou garantidora, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;

(f) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações, ou cancelamento, por qualquer motivo, do seu registro de companhia aberta;

(g) cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) da Emissora por outra sociedade, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, observado o quórum de deliberação estabelecido nesta Escritura de Emissão, exceto se a cisão, fusão ou incorporação atender aos requisitos previstos no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;

(h) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de distribuição a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, em qualquer dos casos, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(i) caso a Emissora transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos da Escritura de Emissão, observada a alínea (g) acima;

(j) redução de capital social da Emissora após a data de assinatura da Escritura de Emissão, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas, salvo se para a absorção de prejuízos da Emissora, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

(k) na hipótese de a Emissora tentar ou praticar qualquer ato visando a anular, cancelar, questionar ou repudiar a validade, exequibilidade ou eficácia da Escritura de Emissão.

(l) descumprimento da destinação de recursos determinada para as Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão;

(m) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária, principal ou acessória, estabelecida nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo máximo de 7 (sete) Dias Úteis contados da data do respectivo descumprimento, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura/remediação específico nesta Escritura de Emissão;

(n) protesto de títulos contra a Emissora, excetuados aqueles efetuados por erro ou má-fé de terceiros, cujo montante individual ou agregado seja superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais, ou seu equivalente em outras moedas, salvo se, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da notificação do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora que (a) o protesto foi cancelado, susinado ou suspenso, ou (b) foram prestadas garantias em juízo em valor no mínimo equivalente ao montante protestado;

(o) não cumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva, de natureza condenatória contra a Emissora, em valor unitário ou agregado superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou valor equivalente em outras moedas, no prazo fixado na própria decisão ou, caso não seja previsto prazo na decisão, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que a Emissora seja formalmente cientificada a respeito da decisão;

(p) verificação de que quaisquer das declarações realizadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão são (i) falsas ou enganosas; ou (ii) materialmente incorretas, inconsistentes ou incompletas na data e nas condições que foram prestadas, exceto, no caso específico do inciso (ii), se sanadas em 5 (cinco) Dias Úteis contados da notificação, por escrito, encaminhada pelo Agente Fiduciário à Emissora neste sentido;

(q) alteração do objeto social da Emissora que implique a mudança da atividade principal da Emissora ou inclua atividade que implique a mudança da atividade principal da Emissora;

(r) proferimento de decisão administrativa sancionatória ou início de processo judicial de responsabilização contra a Emissora ou qualquer parte de seu Grupo Econômico em razão de potencial violação de qualquer dispositivo (i) da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, do Decreto Lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940, conforme alterada (em conjunto “Leis Anticorrupção”) ou

(ii) da legislação relativa a não utilização de mão de obra infantil e/ou em condições análogas às de escravo;

(s) não manutenção pela Emissora, até a integral liquidação das Debêntures, dos seguintes índices e limites financeiros (“Índices Financeiros”), os quais serão apurados trimestralmente pela Emissora, tomando-se por base os 12 (doze) meses anteriores à respectiva data de apuração, com base nas demonstrações financeiras e informações trimestrais consolidadas da Emissora, e acompanhados pelo Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da apresentação dos documentos necessários, pela Emissora ao Agente Fiduciário, sendo que a primeira apuração será realizada com base nas informações anuais consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

- i. Dívida Líquida Consolidada não superior ao Patrimônio Líquido; e
- ii. Relação entre Dívida Líquida Consolidada e EBITDA Consolidado Ajustado, menor ou igual a 3,25 (três inteiros e vinte e cinco centésimos).

(xxxii) Demais Características: As demais características das Debêntures, da Emissão e da Oferta Restrita encontrar-se-ão descritas na Escritura de Emissão e nos demais documentos pertinentes.

5.2 Autorizar a aquisição, pela Companhia, da totalidade das Notas Promissórias, com o consequente cancelamento das Notas Promissórias adquiridas.

5.3 Análise e deliberação acerca da delegação de poderes à Diretoria da Companhia e/ou seus respectivos mandatários para que estes pratiquem todos os atos e adote todas as medidas necessárias para a formalização da Emissão e da Oferta Restrita objeto da deliberação acima: Os Srs. Membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram **autorizar** a Diretoria, demais representantes legais da Companhia e/ou seus eventuais mandatários a, em nome da Companhia, (i) contratar instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários para estruturar e coordenar a Oferta Restrita, na qualidade de Coordenador Líder; (ii) contratar os prestadores de serviços para a Emissão, tais como a B3, o Coordenador Líder, o Escriturador e Banco Liquidante, o Agente Fiduciário, os assessores legais, gráfica, entre outros; (iii) negociar e definir todos os termos e condições específicos da Emissão e da Oferta Restrita que

não foram objeto de aprovação desta Reunião de Conselho de Administração; (iv) celebrar todos os documentos, incluindo, mas não se limitando, a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, bem como eventuais aditamentos a referidos instrumentos, desde que não sejam alteradas as principais condições negociais, inclusive os valores envolvidos; (v) outorgar instrumentos de mandato específicos para a assinatura da Escritura de Emissão e demais documentos necessários à Emissão e à Oferta Restrita; e (vi) praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta Restrita.

5.4. Análise e deliberação acerca da ratificação de todos os atos já praticados, relacionados às deliberações acima. Ratificar todos os atos relativos à Emissão e à Oferta Restrita que tenham sido praticados anteriormente pela Diretoria da Companhia, inclusive a outorga de procurações.

6. APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. São Caetano do Sul, 19 de dezembro de 2019. Presidente: Sr. Michael Klein; Secretária: Claudia Martins Rossin. Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração: Srs. Michael Klein, Marcel Cecchi Vieira, Alberto Ribeiro Guth, Renato Carvalho do Nascimento, Roberto Fulcherberguer, José Mario Ferreira, Rogério Paulo Calderón Peres, João Luiz Moreira de Mascarenhas Braga e André Coji.

7. CERTIDÃO: Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada no livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração da Companhia.

Michael Klein
Presidente

Claudia Martins Rossin
Secretária